

SECRETARIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA E JUSTIÇA

Departamento de Estrangeiros

DESPACHOS

PROCESSO Nº 8000-07 706/94-02
Catherine Maurice Duvisnau,
Stephen Benjamin Duvisnau e
Guillaume Kevin Duvisnau

À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Estrangeiros, propondo o deferimento dos pedidos de mudança de empregador, passando da "Ratto Propaganda LTDA" para a "W Brasil Publicidade LTDA", bem como do pedido de transformação do visto temporário para permanente, nos termos da manifestação favorável do Ministério do Trabalho

LUÍZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO

Chefe da Divisão de Permanência de Estrangeiros

Defiro, na forma da manifestação supra.

FRANCISCO XAVIER DA SILVA GUIMARÃES
Diretor do Departamento de Estrangeiros

(Of. nº 141/94)

Divisão de Permanência de Estrangeiros

DESPACHOS DO CHEFE

Permanências definitivas deferidas

Permanências definitivas deferidas com base na condição de Inexpulsabilidade Prevista no Art. 75, II, da Lei nº 6.815/80, condição esta Apurada em Sindicância Realizada pelo Departamento de polícia Federal.

PROCESSO Nº 8255-01.233/93-77 - JONG SOOK KIM LEE
PROCESSO Nº 8460-11.623/93-66 - ANTONIO LUIS SOLANO URRUTIA e CLAUDIA PATRICIA AVENDANO JIMENEZ
PROCESSO Nº 8460-11.699/93-28 - IGNACIO EUGENIO CABRERA SANCHEZ
PROCESSO Nº 8460-11.713/93-57 - MANFRED KIEKBUSCH
PROCESSO Nº 8461-000908/93-52 - DANIEL TODOROV DANALLOV
PROCESSO Nº 8485-01.702/93-53 - MARIA ELENA GOMEZ VARGAS
PROCESSO Nº 8485-01.703/93-16 - MARIO MARCELO SALDANA RUESTA
PROCESSO Nº 8490-000695/93-11 - EDUARDO ANTONIO FERREIRA e PATRICIA NOE MI GARDIN
PROCESSO Nº 8490-01.469/93-49 - JUANA PARTO FARALDO
PROCESSO Nº 8490-03.623/93-16 - NESTOR OMAR SOSA
PROCESSO Nº 8490-03.953/93-11 - IVAN DOMINGO MUNOZ RIVAS
PROCESSO Nº 8490-04.125/93-46 - ORLANDO DANIEL MARTINEZ e MARIA DEL ROSARIO NASTA
PROCESSO Nº 8508-01.900/93-39 - LUZ MYRIAN PEREZ PEREZ
PROCESSO Nº 8280-000217/94-12 - BASSAM HAMMAD ITANI, RIMA ITANI e MAHMOUD BASSAM ITANI
PROCESSO Nº 8390-000273/94-82 - KATHERINE HOLMES PHILLIPS

Defiro a permanência definitiva, ressaltando que verifica do a qualquer tempo o abandono material da prole brasileira o ato poderá ser revisto.

PROCESSO Nº 8508-01.018/93-93 - EZIAMAKA IKEJIYAKU

À vista dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o despacho indeferido publicado no Diário Oficial da União de 09 de março de 1990, para conceder a permanência definitiva ao estrangeiro, nos termos da Resolução nº 22/91, do Conselho Nacional de Imigração, por reunião familiar.

PROCESSO Nº 8475-03.99/88 - SANTOS GUARENA CAMPI

Permanência definitiva indeferida

Indefiro o presente pedido de permanência definitiva, tendo em vista que não sendo localizado o interessado no endereço fornecido nos autos, restou prejudicada a instrução do processo no tocante à guarda e dependência econômica da prole brasileira.

PROCESSO Nº 8490-04.754/93-11 - MIGUEL ANGEL SERRA

Prorrogações de prazos de estada no País deferidas

PROCESSO Nº 8505-18.881/92-65 - YOUNG SOO YOO, até 30/04/95
PROCESSO Nº 8505-21.774/93-12 - ROSA MARGARITA BUSTAMANTE GONZALEZ e ROBERTO ANDRES FRANCO BUSTAMANTE, até 14/08/95
PROCESSO Nº 8006-06.900/94-71 - BRADLEY LELAND ANDERSON, até 08/06/95
PROCESSO Nº 8006-09.793/94-70 - CHEN HUICHANG, TAN QILAN, CHEN ZIAN, CHEN QIANHUI e CHEN JIANXIN, até 25/07/96
PROCESSO Nº 8000-11.717/94-24 - AKITO NITTA e MAUIT NITTA, até 02/09/96
PROCESSO Nº 8000-12.271/94-82 - STANLEY FIELDING OLSON, até 31/08/95
PROCESSO Nº 8006-12.286/94-50 - TYSON SHANE BROWN, até 17/08/95
PROCESSO Nº 8006-12.288/94-85 - BRANDON J GRESHAM, até 17/08/95
PROCESSO Nº 8006-12.709/94-31 - LUIS FLORENO DE JESUS FERNANDES, até 23/08/95

Penitenciárias Estaduais. Assim, como o Relatório em tela fornece apenas dados estatísticos dos trabalhos executados, permito-me sugerir seja solicitada do Órgão a remessa, a este Conselho, do citado documento, para melhor análise do processo". Parecer aprovado, por unanimidade. Em seguida, o Conselheiro Ariosvaldo de Campos Pires apresentou Parecer, referente ao Processo-MJ nº 4004/94, que diz respeito ao Relatório de Atividades de 1993 do Conselho Penitenciário do Estado de Santa Catarina. Segundo o Relator, o mencionado Conselho submeteu o seu Relatório de Atividades de 1993 a este Egrégio Conselho. "O simples exame do Relatório oferece a dimensão do proveitoso trabalho realizado pelo Órgão penitenciário de Santa Catarina. Embora o documento enfatize as graves deficiências da rede carcerária, de resto presentes no sistema penal brasileiro como um todo, traz ele notícia de que já está aberta licitação para a construção do complexo prisional da grande Florianópolis. Não obstante, percebe-se que a execução penal no Estado fez-se de modo regular, sendo de salientar a diminuição da população carcerária, o que ocorre pelo segundo ano consecutivo. Cumpridas, como foram, as determinações do art. 70 da LEP, não há propostas a serem formuladas". Parecer aprovado, por unanimidade. Novamente, o Conselheiro Ariosvaldo apresentou outro Parecer, sobre uma solicitação da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia acerca do custodiado Bel. Rui Carlos Kastalski, objeto do Processo-MJ nº 2289/94. Segundo o Relator, a solicitação prende-se ao seguinte: "Tal se o advogado está submetido aos ditames da Lei de Execução Penal? b) ou, em vista do disposto no inciso V do artigo 89 da Lei 4.215, não se submeteria às exigências da LEP? Uma terceira indagação não constitui matéria de competência desse Egrégio Conselho para oferecer sobre ela a sua opinião, pois se trata de medida de estrita de finição pelo Órgão consultante. Em síntese: o pedido tem em vista orientar a forma de tratamento a ser dispensada a um advogado, Bel. Rui Carlos Kastalski, que está custodiado no Conjunto Penal de Feira de Santana, Estado da Bahia. Entendo, preliminarmente, que este Conselho não tem como orientar questões pessoais, específicas, sendo quando permitem a uma proposta de solução em tese, posta em um quadro situacional genérico e não específico. Tal entendimento é decorrente dos limites que se põem à ação do Conselho (art. 64 da LEP), como porque é atribuição do Judiciário decidir questões pessoais, específicas. Por isto e entendendo que podemos, em tese, responder às indagações postas no ofício, passo a fazê-lo. A primeira indagação, portanto, é se o advogado está submetido aos ditames da LEP e Regimento da Prisão". Ponha-se, inicialmente, que se há diferença o tratamento ao advogado ou aos que façam jus à prisão especial dos demais processados, enquanto não transite em julgado decisão condenatória. Estando a resposta afirmativa, verifica-se que não há diferenças ao direito à prisão especial - na forma do previsto no art. 295, CPP, prisão esta que, na forma do Novo Estatuto da Ordem (Lei 8.906, de 04.07.94), consiste no recolhimento em sala especial de Estado-Maior (art. 70, V)". Concluindo o seu Parecer, o Relator ressalta que "Não sendo possível dar ao advogado o que lhe garante a Lei (sala reservada aos oficiais que aguardam julgamento), a solução está na nova Lei, ou seja, a prisão, em seu domicílio. A segunda indagação parece ter resposta na que foi oferecida à primeira questão. Resta saber apenas se o advogado, em razão da referência expressa ao lugar onde deve aguardar a tramitação do processo a que esteja submetido, pode ser recolhido a estabelecimento prisional, previsto na LEP. Temos que, em se tratando de matéria que com porta o recurso à analogia, parece certo que, em se dando ao profissional os recursos de que disporia, se estivesse em Estado Maior (instalações e comodidades condignas, reconhecidas pela OAB), pode ele ser custodiado fora do Estado Maior, que existe apenas nos estabelecimentos militares. As exigências da LEP, todavia, naquilo que não contrariar o que a Lei prevê, devem ser cumpridas. É nosso parecer, s.m.j." Parecer aprovado, por unanimidade. Em seguida, o Conselheiro Ariosvaldo apresentou Parecer, sobre uma solicitação da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia. Como nenhum Conselheiro tinha mais Processo a relatar, o Presidente passou para a fase de comunicações e proposições. Comunicações: 1) O Conselheiro Amaécio Lopes Feltrim comunicou que, na condição de Diretor do DEPEN/MJ, irá implementar visitas de inspeções às Penitenciárias das Unidades Federais, cujas visitas terão a participação de representantes de Organizações dos Direitos Humanos. 2) O Conselheiro Miguel Frederico do Espírito Santo comunicou a recente falecimento do Doutor Elomar Guazzelli, ex-Presidente do CNCP, propondo um voto de condolências de Colegiado à família enlutada. 3) O Conselheiro Miguel Frederico do Espírito Santo comunicou, também, a posse do Doutor Luiz Matias Flach no Cargo de Secretário Nacional de Entorpecentes do Ministério da Justiça, propondo um voto de congratulações do CNCP ao ilustre Secretário. Proposições: 1) O Conselheiro Miguel Frederico do Espírito Santo, considerando a Resolução das Diretrizes Básicas da Política Penitenciária Nacional e a importância da Proposta de Regras Mínimas para o Tratamento do Preso, ambas aprovadas na última Reunião, propôs que, desde já, fique aprovada a edição de seis mil folhetos, com recursos do FUNPEN, contendo as Regras Mínimas para Tratamento do Preso no Brasil e as Diretrizes Básicas da Política Penitenciária Nacional. Esses folhetos devem ser enviados aos Estados para serem distribuídos em penitenciárias, presídios, cadeias públicas, delegacias e demais órgãos que desenvolvam atividades relacionadas com a execução penal no País. Proposição aprovada, por unanimidade. 2) O Conselheiro Eduardo Maneira propôs que, em face de denúncias publicadas pelo Jornal "O Liberal", de Belém do Pará, em 08.06.94 e 09.06.94, todas alusivas aos indícios de irregularidades na construção da Penitenciária Federal de Segurança Máxima do Estado do Pará, fossem ouvidos os órgãos competentes do Ministério da Justiça sobre a veracidade das citações das irregularidades. O Presidente, concordando com a proposição, propôs que fosse formalizado um Processo e ouvido o DEPEN/MJ, já que este é o responsável pela celebração do Convênio entre o Ministério da Justiça e o Governo do Pará, objetivando a construção da referida Penitenciária. Com o relato conclusivo das diligências efetuadas pelo DEPEN/MJ, a matéria voltará novamente ao CNCP, para ser apreciada pelo Plenário, ficando o Conselheiro Eduardo Maneira designado para relatar o Processo. Proposição aprovada, por unanimidade. Esgotada a pauta, o Presidente, em nome encerrada a Reunião, agradecendo a presença de todos, e para constar, eu Maria Margarida Nogueira Aragão, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do CNCP.

EDUARDO ALBERTO ERANCO DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

(Of. nº 86/94)